

## AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA ASA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: REFLEXÕES INICIAIS DE UMA INVESTIGAÇÃO EM CURSO

Eugênia da Silva Pereira<sup>1</sup>

Silvana Lúcia da Silva Lima<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente texto apresenta as reflexões iniciais da pesquisa de Mestrado em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e busca discutir sobre o caráter pedagógico das ações da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), relacionando-as com a Educação do Campo. O objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas educativas desenvolvidas pela ASA, com agricultores e agricultoras, buscando compreender quais os significados e contribuições das mesmas para a transformação social da região semiárida brasileira, especificamente na microrregião de Guanambi - Bahia. Por se tratar de uma reflexão inicial, a metodologia do presente artigo pauta-se nas discussões teóricas e no levantamento empírico construído no projeto de pesquisa apresentado na seleção de ingresso no curso. Neste sentido, o texto apresenta o contexto do objeto e do campo da pesquisa e aponta a necessidade de ampliação das leituras para delineamento dos caminhos metodológicos a serem percorridos, bem como dos principais conceitos e/ou categorias a serem destacados.

**Palavras-chave:** Práticas Educativas. Semiárido. ASA. Educação do Campo.

### INTRODUÇÃO

A Educação do Campo a partir da luta dos movimentos sociais em virtude da negação da educação enquanto um direito dos sujeitos do Campo. Protagonizada por estes sujeitos, a Educação do Campo procura vincular a educação formal (escola) com a luta cotidiana dos camponeses. Historicamente, direitos como: educação, saúde, terra, moradia e até o acesso à

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação do Campo pela UFRB; Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela UFMG, Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Guanambi, Pedagoga pela UNEB/Campus XII. Colaboradora do Centro de Agroecologia no Semiárido (CASA), entidade ligada a ASA. E-mail: [eniagbi@hotmail.com](mailto:eniagbi@hotmail.com).

<sup>2</sup> Orientadora. Professora Adjunta do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação do Campo da UFRB; Doutora em Geografia pela UFS; Mestre em Geografia pela UECE. E-mail: [silvana\\_geo@yahoo.com.br](mailto:silvana_geo@yahoo.com.br)

água foram negados aos sujeitos do Campo. No Semiárido brasileiro isso não foi diferente. Ao contrário, além da negação dos direitos, os sujeitos do Semiárido foram discriminados e desvalorizados tanto pela sua cultura, quanto pela região. Neste contexto, as ações caracterizadas como políticas públicas que eram destinadas à região, tinham caráter meramente assistencialista e não contribuíam para um desenvolvimento justo do semiárido. O que se perpetuou foram projetos que visavam sustentar um círculo de dependência da população. Foi a partir dessas ações que a elite constituída por coronéis e grandes fazendeiros tornaram efetiva a “política de combate à seca”.

Diante de um contexto de negação de direitos, não há espaço para pensar uma educação emancipadora e contextualizada com a realidade desses sujeitos. A educação, especialmente a formal, historicamente contribuiu para a reprodução do projeto de sociedade proposto para o povo do semiárido, permeado de discriminação, preconceitos e estereótipos contra a região e seu povo.

É nesta conjuntura que as organizações da sociedade civil se reúnem e fundam a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), buscando constituir um novo paradigma na região: a política de convivência com o semiárido. A ASA tem construído junto com os/as sertanejos/as, uma metodologia participativa, pautada na formação e na mobilização social da população do semiárido a partir de processos educativos desencadeados pela política de convivência com o semiárido.

Conforme Baptista e Campos (2011), um dos maiores problemas do semiárido brasileiro é o fato da educação, ao longo da história, ter servido aos interesses de uma elite, que representa a minoria, negando o acesso ao saber sistematizado aos sujeitos do Campo ou ofertando-lhes uma educação descontextualizada da realidade em que vivem. Ainda segundo Baptista e Campos (2011c), do processo histórico de construção da política de combate à seca e da educação no semiárido brasileiro derivou o grande número de não letrados e analfabetos funcionais que ainda existem no contexto atual. Este processo também produziu as péssimas escolas da região semiárida, especialmente no Campo.

Partindo do pressuposto de que a ASA desenvolve práticas educativas a partir das experiências dos agricultores e agricultoras do semiárido por meio de uma metodologia participativa, objetiva-se na pesquisa de mestrado em andamento, analisar estas práticas, buscando compreender quais são as contribuições das mesmas para a transformação social da região semiárida brasileira, especificamente na microrregião de Guanambi - Bahia. Neste

sentido, as questões que norteiam a pesquisa perpassam pela compreensão dos seguintes questionamentos: De que forma as práticas educativas desenvolvidas pela ASA, contribuem para a mudança de vida dos agricultores e agricultoras do semiárido, considerando que estes são os principais protagonistas dos processos formativos desenvolvidos pela mesma? Quais os significados das práticas educativas e da mobilização social da Articulação no Semiárido Brasileiro – ASA para a transformação social da região semiárida? Qual a relação entre os processos de Formar-Ação e a mobilização social proposta pela ASA?

O interesse pela temática se justifica, sobretudo, pela origem camponesa da pesquisadora; a vivência com os agricultores e agricultoras do semiárido, a partir da experiência de atuação profissional em uma Unidade Gestora Microrregional da ASA, na microrregião de Guanambi, região semiárida, sudoeste da Bahia. Desta forma, pretende-se contribuir com os estudos acerca da Pedagogia do Movimento, partindo do entendimento de que as práticas educativas desenvolvidas no âmbito destes, como afirma Freire (2011, p. 56), “não pode ser elaborada nem praticada pelos opressores”, mas realizadas pelos oprimidos e com os oprimidos. É por isso que objetiva-se com esta investigação compreender o sentido pedagógico dessas ações promovidas pelos sujeitos que protagonizam a política de convivência com o clima semiárido.

Dessa forma, o presente texto traz algumas reflexões iniciais acerca das práticas educativas da ASA e sua relação com a Educação do Campo. Para tanto, discute-se inicialmente os dois modelos de desenvolvimento proposto para o Semiárido, em seguida, contextualiza-se o objeto da pesquisa e por fim, as considerações finais.

## **O SEMIÁRIDO BRASILEIRO: ENTRE DUAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO**

O semiárido brasileiro abrange todos os estados do Nordeste, o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. A região semiárida do Brasil possui atualmente cerca de 22 milhões de habitantes, ocupando o lugar de semiárido mais chuvoso, maior e mais populoso do mundo. A vegetação predominante é a caatinga e a precipitação pluviométrica média é de 750 mm/ano (MALVEZZI, 2007).

No entanto, a condição de lugar semiárido oportunizou por décadas o desenvolvimento de uma política assistencialista denominada por muitos autores como “política de combate à

seca”. Nota-se que os estereótipos de lugar inviável e de pessoas incapazes foram se constituindo no imaginário popular de modo a prejudicar o desenvolvimento da região e inviabilizar a efetivação de políticas públicas condizentes com a realidade local. Todavia, o que se percebe é que no semiárido não falta chuva, mas políticas públicas adequadas com a realidade do lugar.

A política de combate à seca disseminou a imagem de região árida, ao invés de semiárida, e ainda pautava-se na prerrogativa de que a seca fosse algo possível de acabar com as ações pontuais, como a abertura de grandes açudes em terras de fazendeiros, envio de carros-pipas de água para a população e até distribuição de alimentos para os pobres em períodos de estiagem. No entanto, as ações oriundas desta política viabilizavam a concentração de água e poder nas mãos de quem já possuía a terra concentrada. Por outro lado, os mais pobres continuavam, e muitos ainda continuam, a depender de esmolas de políticos desonestos que utilizavam a água como cabo eleitoral, de forma que as famílias ficavam dependentes de um carro-pipa de água para satisfazer suas necessidades básicas.

Em contraposição a isso, a sociedade civil organizada começou a se mobilizar e articular, no sentido de propor ações viáveis para a convivência com o clima e se contrapor a estas ações pontuais que nada resolvem em relação às dificuldades que agricultores e agricultoras passam por falta de água nesta região. É a partir disso que emerge a proposta de surgimento da ASA e ao mesmo tempo, a iniciativa de elaboração da política de convivência com o clima semiárido.

A proposta da convivência com o semiárido inclui o respeito às adversidades climáticas, mas também, aos saberes e experiências dos sujeitos que vivem na região. Segundo Malvezzi (2007), o semiárido não é apenas clima, mas é “processo social”. Dessa forma, o semiárido constitui-se em um grande mosaico de potencialidades culturais, políticas e socioeconômicas. Tudo isso pode ser comprovado de diversas formas, inclusive pela diversidade na produção de alimentos, bem como de cultura. No próprio contexto da ASA pode-se perceber como a criatividade do povo sertanejo é incomensurável: são diversas tecnologias criadas e recriadas a partir da cisterna de 16 mil litros<sup>3</sup>, a exemplo da cisterna de produção com capacidade para armazenar 52 mil litros de água, as cisternas escolares com capacidade para armazenar 30 e 52 mil litros de água. Além disso, há outras tecnologias que

---

<sup>3</sup>As cisternas são reservatórios, com forma ovalada com metade de suas dimensões encravadas no chão, construídas no pé das casas, nas quais usam calhas para colher a água de chuva que escorre dos telhados, direcionando-a para as cisternas (MALVEZZI: 2007, p.13).

servem para armazenar água para produção e dessedentação animal, como os barreiros, tanques de pedras, barragens sucessivas, barragens subterrâneas, etc.

É neste sentido que a política de convivência com o clima semiárido vem se afirmando na região a partir dos trabalhos realizados pela sociedade civil que compõe a ASA. Esta entidade tem buscado construir outra ideia a respeito da região, ao mostrar que para viver bem é preciso entender que “a primeira lei da convivência com o Semi-Árido, então, é a captação inteligente da água da chuva, uma prática milenar, usada pelo povo de Israel desde os tempos bíblicos” (MALVEZZI, 2007, p. 13).

Para Silva (2006, p. 257), “A convivência com o Semi-Árido é também uma proposta política de mobilização da sociedade e do Estado brasileiro, para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na região”. Neste contexto, a mobilização social é de extrema relevância para a efetivação de políticas condizentes com a realidade da população.

O acesso à água seja para consumo ou para produção, não chega de forma isolada na proposta e nas ações da ASA, mas aliadas a outros elementos inerentes à construção da política de convivência. Dentre estes, está a necessária revolução cultural que a ASA vem propondo através do processo de mobilização e dos cursos de formação que integram a proposta das ações de convivência dessa Articulação. Conforme Malvezzi (2007, p. 21) “é necessário um trabalho de educação popular em sentido mais profundo, articulando prática e reflexão, para que se possa superar o conceito de Semi-Árido que está no imaginário nacional - e se reproduz na população local - e construir um outro conceito”.

O fortalecimento da ASA e da política de convivência com o clima semiárido é resultado do caráter de replicabilidade adotado desde o início pelas organizações que integram esta rede. Aliás, a partir da democratização da água, descentralizou-se também poder e conhecimento, estendendo-os aos agricultores e agricultoras.

Dessa forma, a política de convivência com o semiárido tem seu alicerce na questão do acesso à água, mas tem como principal pressuposto a formação e a mobilização social no sentido de tornar os sujeitos empoderados e protagonistas das políticas públicas que melhor atendam seus anseios e necessidades. As ações são associadas a um processo educativo e formativo que objetiva construir, fortalecer e ampliar a política de convivência com a região de modo a valorizar as pessoas com suas experiências.

## **CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE PESQUISA: AS AÇÕES DA ASA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede de movimentos e, atualmente congrega mais de cinco mil entidades, incluindo vários movimentos sociais, entidades da sociedade civil, organizações de base comunitária, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, entidades ligadas às igrejas católicas e evangélicas, Organizações Não Governamentais (ONG's), movimento de mulheres, associações rurais, dentre outras. Ela surgiu em 1999 em contrapartida a política de combate à seca e a partir disso tem buscado implementar a política de convivência com o clima semiárido.

A ASA enquanto rede de movimentos e organizações sociais tem ocupado diversos espaços de participação e lutado por um semiárido mais justo a partir da defesa dos direitos dos agricultores e das agricultoras. Exemplos disso podem ser observados na execução de seus projetos, bem como na representação em instâncias de participação, como nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, Conferências, seja no âmbito municipal, estadual ou nacional. Além disso, tem representação na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Comitê Gestor Garantia Safra, Comitê Gestor do Programa de Apoio aos Fundos Solidários, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), Conselho Nacional de Economia Solidária, entre outros espaços.

O próprio processo de execução dos seus Programas e projetos, inclusive do PIMC, demonstra a forma democrática, participativa e pedagógica que perpassa a metodologia e as ações da ASA. Para que a família tenha a cisterna pronta e cheia de água no quintal de sua casa é preciso que exista no município uma Comissão Executiva Municipal (CEM) constituída por pessoas da comunidade, representando as entidades ligadas ao social, como Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), igrejas, Pastoral da Criança, associações rurais, agentes comunitários de saúde, entre outras. Esta Comissão não age sozinha, porque há uma equipe técnica constituída por pessoas que atuam em uma organização não governamental ligada à ASA, no caso da microrregião, lócus da pesquisa, é o Centro de Agroecologia no Semiárido, que conseqüentemente interage com outras inúmeras entidades. Na própria comunidade também é formada uma comissão comunitária que auxilia a CEM e a equipe técnica no processo de mobilização e capacitação das famílias e posteriormente, na construção da cisterna.

Além disso, há também os pedreiros que constroem as tecnologias, os monitores das capacitações, os fornecedores que atuam colaborando com o processo de execução do Programa. O que se percebe é que a ASA pode ser comparada com uma grande rede ou um grande quebra-cabeça que não funciona plenamente quando falta um fio ou uma peça. Todos são partes importantes, seja o pedreiro que constrói a cisterna, a família que contribui na escavação do buraco e na alimentação do pedreiro ou o gerente que administra os recursos financeiros do projeto, todos são considerados iguais quando se pensa a execução dos programas.

Desse modo, a ASA tem trabalhado a partir do protagonismo dos sujeitos do semiárido no sentido de se contrapor a política de combate à seca, desenvolvendo experiências significativas por meio da implementação de tecnologias sociais que comprovam a viabilidade da região semiárida. Dentre suas ações, a ASA atua com o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)<sup>4</sup>, implementando tecnologias de captação de água da chuva para consumo humano e para produção nas casas das famílias agricultoras e também em escolas do semiárido.

Este Programa se apresenta como uma proposta inovadora da ASA, em contrapartida à política de combate à seca desencadeada durante anos no Semiárido Brasileiro. O diferencial do mesmo é que nasceu da mobilização das organizações sociais, sobretudo do Semiárido e tem ganhado reconhecimento público a nível local, nacional e até mundial. Neste sentido, o propósito inicial explícita a garantia de acesso à água para o consumo humano, mas os pressupostos que estruturam o Programa perpassam pela formação e mobilização das pessoas no sentido de torná-las politizadas e conscientes de seu papel de cidadãos e cidadãs. É perceptível que há no primeiro momento um retorno imediato no que concerne ao acesso à água de qualidade, redução nos casos de doenças causadas pela ingestão de água contaminada, melhorando consequentemente a saúde da população, especialmente das crianças. No segundo momento, a conquista do acesso à água se caracteriza como conquista da cidadania negada por muito tempo a estas pessoas<sup>5</sup>.

Os programas da ASA se norteiam por alguns componentes, iniciando com a mobilização das famílias, comunidades e Comissões Executivas Municipais (CEM's) através

---

<sup>4</sup> Estes programas implementam a cisterna de captação de água para consumo humano (16 mil litros) e para produção de alimentos (52 mil litros), respectivamente.

<sup>5</sup> Conclusões de pesquisa monográfica realizada em 2012 durante curso de Especialização.

da divulgação do Programa. Em seguida é realizada uma Formação, em que prioriza a concepção positiva da região Semiárida a partir de um olhar diferenciado para a realidade. Posteriormente, é realizada a construção da tecnologia social, na qual se efetiva com a participação coletiva dos agricultores oportunizando uma contrapartida da família para com o programa. Além desses três principais componentes, há ainda o controle social, o fortalecimento institucional da sociedade civil e a comunicação.

Todos estes componentes são articulados por uma metodologia participativa e democrática pautada pela corresponsabilidade e pelo fortalecimento da cidadania (ASA, 2003). Neste contexto, a ASA pauta um projeto político macro da ASA que objetiva a consolidação de uma política de convivência com o Semiárido. Segundo Dagnino (2004), a compreensão de projetos políticos não se restringe a simples estratégias de atuação política, mas expressa, produz e veicula significados que integram matrizes culturais amplas. Foi a partir dessa compreensão que o P1MC foi elaborado, a partir da partilha de poder entre as inúmeras organizações da ASA, utilizando a sociedade civil como um espaço legítimo de participação e formulação de políticas públicas.

Conforme a ASA (2003, p. 12) há um objetivo implícito no P1MC de “criar uma nova visão a respeito do embate secular entre a população sertaneja e seu meio ambiente, mediado pelas políticas públicas assistencialistas voltadas para combater as secas do Nordeste”. Percebemos que esse objetivo alia-se ao processo educativo proposto pelo Programa e viabiliza a transformação social no Semiárido Brasileiro, uma vez que mobiliza diversos públicos e organizações.

É a luta cotidiana dos movimentos e organizações que constituem a ASA que tem efetivado a construção da cidadania pelo P1MC na região semiárida. Malvezzi (2007, p. 16) pontua que além do alívio de ter a água na porta de casa e do despertar para outras necessidades e possibilidades, percebe-se que a captação da água de chuva direciona para a cidadania, pois, conforme o autor, “Não é cidadão alguém que depende de um político até para beber um copo d’água. A cisterna, sozinha, não dá essa independência às pessoas, mas sinaliza o rumo da caminhada”.

Nesta perspectiva, o P1MC sinaliza alguns caminhos de construção da cidadania, mas Matos (2011) salienta que a cidadania é processual e que ela não concede direitos. Portanto, o que contribui para a construção da cidadania das famílias é o processo de execução do P1MC e não a obra da cisterna em si. Para a ASA também a cidadania vai além da concessão de



direitos ou deveres: “No Brasil ainda se confunde cidadão com votante. Voto é um direito do cidadão, mas não o define como tal” (ASA, 2002, p. 22).

Este conceito de cidadão proposto pela ASA aproxima-se do entendimento de Toro e Werneck (1996, p. 10) de que “cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar”. Neste sentido, ao considerar a construção da cidadania como a luta cotidiana dessas organizações, precisamos compreender que ela “não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, [...] implicando um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 2005, p.2). É essa construção que a ASA vem propondo desde sua criação. Uma construção que parte do alicerce da luta pelos direitos do povo do Semiárido.

O processo formativo da ASA enquanto componente essencial dos projetos, envolve as famílias, pedreiros e pedreiras, as CEM's, os monitores e equipes técnicas. Os processos formativos são diversos, de capacitações com carga horária de 16 horas a intercâmbios de uma semana. Os pedreiros além da capacitação técnica participam também de um momento de formação política. As formações, no geral, contemplam os temas de convivência com o semiárido, tecnologias de armazenamento de água para consumo e produção, cuidados com as cisternas e/ou tecnologias, formas de tratamento da água, políticas públicas e cidadania, entre outros.

Assim, percebe-se que o trabalho desenvolvido pela ASA tem um caráter pedagógico, é desenvolvido pelas diversas organizações sociais que compõem a ASA e está diretamente relacionado com a trajetória da Educação do Campo proposta pelos movimentos. Diante do exposto e considerando que a história da Educação do Campo em construção, é marcada por modelos de desenvolvimento divergentes para o Campo brasileiro, pode-se perceber que a luta das organizações sociais que compõem a ASA se cruzam com as lutas da Educação do Campo pensada e praticada pelos movimentos sociais. Ao lutar por condições de vida dignas no Campo, tanto os movimentos sociais quanto as organizações da ASA afirmam que desejam construir um modelo de desenvolvimento que considere o camponês como sujeito de direitos, com especificidades a serem respeitadas e capaz de construir sua própria história.

## **Educação do Campo: uma concepção em disputa**

A concepção de Educação do Campo, assim como a trajetória do Semiárido brasileiro, está vinculada aos projetos de desenvolvimento das sociedades e surge no contexto de disputa, conflitos e contradições. Ela nasce do enfrentamento do povo do campo contra a chamada “educação rural” imposta a esses sujeitos. Uma educação descontextualizada da realidade e da necessidade dos sujeitos, que priorizava a criação de estereótipos negativos em relação a vida no Campo. Segundo Caldart (2012, p. 260), o conceito de Educação do Campo ainda está em construção e mais do que nunca está em disputa. Para a autora,

As tensões sobre configurar a Educação do Campo na agenda da ordem ou da contraordem aumentam na proporção em que as contradições sociais envolvidas na sua origem e no seu destino se explicitam com maior força na realidade brasileira.

Neste sentido, as contradições sociais oriundas, principalmente da sociedade capitalista, tornam-se a base da luta pela educação de qualidade no campo brasileiro. E é nas bases das contradições e dos conflitos que conseguimos avançar na luta por nossos direitos. Conforme Santos, Paludo e Oliveira (2010, p. 51),

A concepção de Educação do Campo (EdoC) estabelece relação entre a educação, a direção do desenvolvimento da agricultura camponesa e do projeto para o Brasil. Ela nasce no bojo do processo de resistência e luta dos camponeses e das camponesas que vivem no e do seu trabalho no campo e também na luta pelo direito à educação.

Dessa forma, a Educação do Campo proposta pelos movimentos aponta que o caminho do desenvolvimento está no Campo, na agricultura camponesa. Para Molina e Sá (2012), a Educação do Campo se propõe desenvolver uma formação contra-hegemônica, integrando um projeto de educação a um projeto político de transformação social. Ou seja, um modelo de desenvolvimento que considera os sujeitos com suas especificidades.

Para Caldart (2012), a Educação do Campo anuncia uma “consciência de mudança” e dentre as características que a autora sinaliza essa expressão, destacamos: a luta social dos trabalhadores pelo acesso à educação, o embate coletivo por políticas públicas, a associação da luta pela educação com outras lutas e o exercício dos sujeitos pensarem a pedagogia a partir de suas realidades sem desconsiderar a totalidade.

Neste sentido, o trabalho da ASA ao associar a luta do acesso a água a luta da educação, por exemplo, está afirmando, talvez de forma inconsciente ou não, que faz parte do movimento Por uma Educação do e no Campo.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Como sinalizado no início deste texto, o presente trabalho objetiva apenas lançar algumas questões iniciais acerca da pesquisa em andamento, buscando encontrar os melhores caminhos a serem percorridos. A metodologia da pesquisa ainda está em construção. Por isso apontamos que se faz necessário um aprofundamento da leitura teórica, bem como do campo empírico para delinear os percursos mais viáveis no desenvolvimento da pesquisa, tanto para considerar as limitações da pesquisadora, dos sujeitos participantes, quanto para contribuir com o campo investigado, faz-se necessário ainda a imersão no cenário, que pode ser definida posteriormente como metodologia da pesquisa participante. Outro aspecto a ser considerado é o recorte dos processos formativos. Pretendemos trabalhar apenas com um dos processos formativos da ASA, visto que não há tempo suficiente para realização da pesquisa nesta amplitude.

## **REFERÊNCIAS**

ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC**. Acordo de Cooperação Técnica e Financeira. Recife: AP1MC, 2003.

\_\_\_\_\_. **Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC**. Recife: ASACom, 2002.

\_\_\_\_\_. **Vamos nos mobilizar**. 2 ed. Recife: ASACom, 2005. (cartilha)

\_\_\_\_\_. **A construção da Educação Contextualizada no Semiárido**. Curso de Formação em Gestão Pública, Acesso a Água e Convivência com o Semiárido – FGP/SAN – ÁGUAS – CISTERNAS, 2011. Disponível em [www.redesan.ufrgs.br](http://www.redesan.ufrgs.br). Acesso em 05/06/2011.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. In.: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 - ISSN - 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em 05/06/2011.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In.: MATO, Daniel. **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalizacion**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília: Confea, 2007. (Coleção Pensar o Brasil)

MATOS, Marlise. “Cidadania porque, quando, para quê e para quem? Desafios contemporâneos ao Estado e à democracia inclusiva”. MATOS, Marlise; GOMES, Nilma Lino; DAYRELL, Juarez. In: **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais**. Belo Horizonte, UFMG, 2011.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, C. E. F.; PALUDO, C.; OLIVEIRA, R. C. B. de. Concepção de Educação do Campo. In.: TAFFAREL, Celi N. Z. et all (coord.). **Cadernos didáticos sobre Educação do Campo**. MEC/UFBA, Salvador, 2010.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. (tese de doutorado).

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte Furquim. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola – ABES, UNICEF: 1996.